

## A PROBLEMATIZAÇÃO COMO MÉTODO: PISTAS PARA UMA POLÍTICA DO PENSAMENTO

DANIEL RODRIGUES FERNANDES<sup>I</sup>  

JÉSSICA PRUDENTE<sup>II</sup>  

FERNANDA SPANIER AMADOR<sup>III</sup>  

<sup>I</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Porto Alegre, RS, Brasil.

<sup>II</sup> Universidade de Santa Cruz do Sul, Curso de Psicologia. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.

<sup>III</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Psicologia Social e Institucional, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Porto Alegre, RS, Brasil.

### RESUMO

Este artigo apresenta a problematização como método para a pesquisa inspirada na perspectiva da filosofia da diferença, que implica uma posição crítica ao pensamento representacional. Emerge de uma experiência acadêmica de pós-graduação (um aluno de mestrado, uma aluna de doutorado e a professora orientadora) que aposta em uma política metodológica, afirmando o potencial produtivo de um pensar problemático na duração. Desenvolvemos a discussão a partir das ideias de Michel Foucault, Gilles Deleuze, Henri Bergson e René Lourau para pensar a operação da problematização enquanto método que pode produzir rupturas. Percorremos os seguintes eixos: intuição e pensamento enquanto problemáticos, análise de implicação como motor de pesquisa (retomando sua radicalidade) e, finalmente, ensaiamos uma discussão crítica acerca de modulações do objeto de pesquisa (como objeto problemático) e da ética em pesquisa, como efeitos deste exercício.

**Palavras-chave:** Problematização; Metodologia de pesquisa; Análise de implicação; Ética; Objeto problemático.

#### Correspondência:

Daniel Rodrigues Fernandes  
drf.daniel@gmail.com

#### Submetido em:

11/02/2020

#### Revisto em:

03/05/2020

#### Aceito em:

04/05/2020

#### Como citar:

Fernandes, D. R., Prudente, J., & Amador, F. S. (2022). A problematização como método: pistas para uma política do pensamento. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 74:e028. <http://doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP-2022v74.19928>



## **PROBLEMATIZATION AS A METHOD: TRACES FOR A POLICY OF THOUGHT**

### **ABSTRACT**

This paper presents problematization as a research method inspired by the perspective of the philosophy of the difference, which implies a critical position to representational thinking. It emerges from a graduate academic experience (a master's student, a doctorate student, and a supervisor professor) that relies on a methodological policy that asserts the creative potential of a problematic thought in its duration. We are inspired by Michel Foucault, Gilles Deleuze, Henry Bergson, and René Lourau to conceive the operation of problematization as a method that engenders ruptures. Our discussion develops the following axes: intuition and thought as problematic, analysis of implication as the engine of research (recovering the radicalism of the concept); and, lastly, we try to discuss the modulations of the "object" of research (now taken as a problematic object) and of research ethics, modulations that are effects of this exercise.

**Keywords:** Problematization; Research methodology; Analysis of implication; Ethics; Problematic object.

## **LA PROBLEMATIZACIÓN COMO MÉTODO: CLAVES PARA UNA POLÍTICA DE PENSAMIENTO**

### **RESUMEN**

Este artículo presenta la problematización como método de investigación inspirado en la perspectiva de la filosofía de la diferencia, lo que implica una posición crítica en el pensamiento representativo. Surge de una experiencia académica de posgrado (estudiante de maestría, estudiante de doctorado y profesora supervisora) que apuesta por una política metodológica, afirmando el potencial productivo de un pensamiento problemático en duración. Desarrollamos la discusión basada en las ideas de Michel Foucault, Gilles Deleuze, Henry Bergson y René Lourau para pensar en la operación de problematización como un método que produce rupturas. Pasamos por los siguientes ejes: intuición y pensamiento como problemático, análisis de implicación como motor de investigación (reanudando su radicalidad) y,

finalmente, ensayamos una discusión crítica sobre las modulaciones del objeto de investigación (como un objeto problemático) y la ética de la investigación como efectos de este ejercicio.

**Palabras clave:** Problematización; Metodología de investigación; Análisis de implicación; Ética; Objeto problemático.

## A PROBLEMATIZAÇÃO COMO MÉTODO

Este artigo propõe a discussão de uma questão que está presente no início, no meio e, muitas vezes, no fim de um processo de pesquisa: qual é o seu problema de pesquisa? Incomodados com esta recorrente demanda, colocada e exigida por diferentes atores do mundo acadêmico, lançamo-nos em uma trajetória de reflexão e abertura deste pedido de definição e localização, a fim de desdobrá-lo em outros sentidos. Poderíamos iniciar as linhas deste escrito perguntando: qual o lugar do problema no trabalho de pesquisa? Contudo, preferimos iniciar por outra pergunta: qual o lugar do problema no trabalho do pensamento?

Esta segunda formulação nos permite operar um deslocamento crucial: declinarmos de pensar o problema enquanto etapa de um projeto de pesquisa, atingida e localizada, geralmente na forma de uma pergunta a ser respondida, para posicioná-lo enquanto uma experiência de problematização perene que sustenta um certo exercício do pensar e do pesquisar. Preocupa-nos a problemática ontológica do pensamento e, conseqüentemente, do problema.

Tradicionalmente, nos processos de pesquisa, o problema está localizado em uma pergunta, impregnado de um certo tom substancializado e essencialista, que não toma o próprio problema enquanto objeto "problemático". O problema aparece como obstáculo ao conhecimento e não como sua condição de emergência. Os alunos pesquisadores e os professores tornam-se caçadores de problemas, como se essa fosse uma etapa ou uma meta a ser atingida pela pesquisa. Nesta orientação, o problema seria algo da ordem do que se resolve e desapareceria na medida em que é respondido. Deste modo, a solução do problema coloca-se como objetivo, ou seja, como um destino para que a pesquisa responda aos critérios de verdade do saber dito científico e a pesquisa, então, se converte em um percurso para atingir uma finalidade, qual seja: o saber performado como a verdade.

Esta tem sido a estratégia dominante de desenvolvimento das pesquisas que aparece como um viés metodológico, implicando certa epistemologia, mesmo em se tratando de processos de pesquisa que têm repertórios teóricos ancorados na cartografia e na genealogia<sup>1</sup>. Consideramos que pensar diferentemente implica deslocar o que se entende por problema, operando desvios nas estratégias do pesquisar e no que se entende por pesquisa.

Propomos, então, o deslocamento do problema do lugar de meta para o lugar de meio que sustenta uma experiência do pensamento, convertendo-o no processo de aprender que sustenta uma pesquisa. Trata-se de pensar a relação problema-aprender antes do nexos problema-saber: na primeira, pela afecção de signos, inventa-se a enunciação dos problemas, enquanto na segunda, o saber é determinado por regras que definem a solução em virtude dos problemas já colocados (Gelamo, 2008). Entendemos que a problematização é um método<sup>2</sup> que sustenta este exercício, que possibilita a pesquisa enquanto uma experiência, no sentido foucaultiano do termo. Assim, quaisquer estratégias metodológicas que sejam definidas *a priori*, antes de um processo, independente do referencial teórico que as conduz – seja um procedimento experimental, seja uma cartografia –, colocam-se como etapas para buscar soluções e não como estratégias que permitam uma experiência de problematização. Nossa discussão, de outro modo, busca afirmar o problema na sua potência de criação.

Neste artigo, apresentaremos o contexto de emergência da discussão da problematização como método, seguida de três desdobramentos importantes: a afirmação da problematização como método para operar o pensamento e a pesquisa, uma reflexão sobre a análise de implicação como operação da problematização na relação com o tempo, e não como etapa ou procedimento pontual de um processo analítico e, por fim, uma discussão da noção de objeto-problemático e da ética na pesquisa, como efeitos desse exercício. Entendemos que estas discussões contribuem para potencializar o pesquisar enquanto processo, enquanto meio que sustenta uma experiência do pensamento.

## **A PROBLEMATIZAÇÃO COMO MÉTODO: UMA EMERGÊNCIA**

A discussão acerca da “problematização como método” emergiu em processos de pesquisa de mestrado e doutorado que se cruzaram, dando contornos para uma disciplina oferecida para graduação, pós-graduação e alunos especiais em uma experiência de estágio docência, durante o segundo

semestre de 2016<sup>3</sup>. A partir de um incômodo com a definição *a priori* de métodos em pesquisas que se sustentam nos referenciais da filosofia da diferença no âmbito da psicologia social, expandimos esta problemática em suas dimensões epistemológica e metodológica, as quais serão desdobradas a seguir.

Colocamo-nos criticamente em relação a um campo epistemológico, qual seja, a filosofia da diferença, que parece, por si, resguardar estratégias teórico-metodológicas como garantia de uma posição ética. Esta dimensão é evidenciada quando questionamos o uso de conceitos analíticos e operativos de muitos autores que acabam sendo tomados como transcendentais, conformando-se em uma metafísica e esvaziando-se de sentido. Conceitos como biopolítica, subjetividade e poder (por exemplo) passam a significar tudo e nada ao mesmo tempo, tomados como explicativos e inflados de significados, reduzindo sua potência crítica e de produção de diferença. Inspiramo-nos na "suspensão dos universais" (Foucault, 1982/2010) como estratégia de movimento do pensamento.

A tensão com a dimensão metodológica nos afetou quando percebemos que caminhos de pesquisa como a cartografia e a genealogia passam a ser, em muitos estudos, definidos antes mesmo do processo, como um início necessário para atingir determinados fins, o que trai a potência destas ferramentas. Elas operam enquanto dispositivos<sup>4</sup> – "máquinas de fazer ver e de fazer falar" (Deleuze, 1988/1999) – de sustentação do movimento problemático do pesquisar quando emergem nos encontros, mas podem se tornar meros recursos utilitaristas quando tomadas enquanto etapas previamente definidas em uma pesquisa.

Inseridos em um processo de problematização destas questões, escolhemos lançar-nos em uma disciplina-experimentação para compartilhar destes incômodos, questionamentos e movimentos, buscando ressonâncias. Nesta experiência docente, utilizamos, além dos recursos tradicionais, dispositivos "não acadêmicos", linhas de fuga como recurso de "entrada" nos textos e temáticas: vídeos, imagens, literaturas, poesias, músicas. Esses recursos permitiram compartilhamentos construindo superfícies de um problema, territórios produzidos por diversas linhas discursivas, tornando o percurso complexo e heterogêneo. Nossa aposta foi de, através dessas experimentações, sustentar a duração de um problematizar, mais que apaziguar a tensão criadora desse movimento.

O efeito desta experiência foi muito potente, reuniu diferentes áreas e diversos níveis de formação em discussões que envolveram, entre outras,

algumas questões convergentes: Como abrir e sustentar o processo de pesquisa em um exercício de problematização? Como fazer um problema durar? Como manter-se no meio, no entre, habitando um plano de tensão?

### **PROBLEMATIZAR: UM PENSAR NO MOVIMENTO**

Foucault, nos últimos anos de sua vida, cada vez com maior frequência usou o termo "problematização" para definir sua pesquisa, processo que diz respeito à maneira como se constituem problemas para o pensamento, diz Revel (2002/2004). A autora indica que a problematização implica duas consequências. De uma parte, o pensamento enquanto problematizador "se opõe à idéia de uma busca metódica da 'solução': a tarefa da filosofia não é resolver - incluindo a substituição de uma solução por outra - mas 'problematizar'; não é reformar, mas instaurar uma distância crítica, fazer atuar o 'afastamento'" (Revel, 2002/2004, p. 82). De outra parte, esse exercício não se reduz a um "pessimismo relativista" (Revel, 2002/2004, p. 83), que poderia levar a uma retórica esvaziada e uma posição de complacência, mas afirma uma convocação ética que aposta na potência de criação e invenção de nossas práticas, hábitos e de nós mesmos.

Em relação à primeira consequência, não se trata de uma dicotomia entre problema e solução, como antítese, mas da ideia de resolver inventivamente, amplificando o problema em suas variações. Inspirados em Deleuze, apostamos no caráter produtivo da problematização, tratando do pensar antes como um exercício de colocação de problemas do que como apaziguamento de questões (Gelamo, 2008). É no jogo entre a colocação de problemas e o desenhar de soluções (sempre provisórias) que um campo problemático se mantém em produção.

Toda vez que o problema é colocado, as resoluções precisam ser novamente *re-articuladas* e *re-elaboradas*. Desse modo, os problemas não desaparecem nas soluções, mas se mantêm distintos e insistentes no movimento de invenção de novas soluções. No entanto, isso só é possível se os problemas não forem dados, se forem inventados e reinventados nas e com as soluções. Os problemas manifestariam, assim, uma natureza insistente, enquanto as soluções exerceriam uma força contrária cuja natureza procuraria determinar, particularizar e singularizar esses mesmos problemas (Gelamo, 2008, p. 168).

Nessa concepção, os problemas não estão dados, mas são produzidos nos e pelos encontros. É necessário que sejam construídos e continuamente

reconstruídos, que soluções sejam ensaiadas e nesse movimento confrontem os problemas e os renovem.

Em relação à segunda consequência, podemos destacar dois efeitos. Primeiro, a noção de que lançar luz aos jogos que produzem verdades é intervir sobre a sua produção, desnaturalizá-los, relançá-los ao jogo e permitir que advenham outras verdades possíveis. Segundo, não se problematiza por mera convenção; intervimos quando e porque repensamos quem somos, arriscando caminhos para uma subjetividade outra. Intervimos por estarmos chamados à ação. Se afirmamos (novas) verdades, mesmo que verdades que reconheçam sua provisoriedade, história e gênese, é para atuar no mundo – para produzir diferença. Agir em verdade: casamento entre discurso e prática.

Assim, neste entendimento, o problema não comparece como um obstáculo a ser vencido pelo desvelamento de soluções, mas motor do pensamento que as produz. Foucault dirá que:

Longe de ser a imagem ainda incompleta e embaralhada de uma Ideia que, lá de cima, eterna, deteria a resposta, o problema é a própria ideia, ou melhor, a Ideia não tem outro modo de ser que não o problemático: pluralidade distinta cuja obscuridade sempre insiste de antemão, e na qual a questão não cessa de se deslocar. Qual a resposta para a questão? O problema. Como resolver o problema? Deslocando a questão. [...] É preciso antes pensar problematicamente do que interrogar e responder dialeticamente (Foucault, 1970/2008, p. 246).

A afirmação da problematização como método, no pesquisar, pode relançar toda e qualquer estratégia a um campo de forças. A ferramenta utilizada, por si, não visibiliza o jogo de disputas e de complexidades do processo, mas seu modo de operação e sua potência de diferir podem permitir o pensamento enquanto ruptura.

A contribuição de Foucault (1984/2004) à discussão da problematização como método é também encontrada de maneira preciosa na entrevista **Polêmica, Política e Problematizações**, na qual sustenta o interesse em manter-se afastado da polêmica. Assim o faz porque, para ele, o polemista agarra-se a seus pontos de vista, investe em produzir provas, elege elementos dogmáticos e fecha-se ao diálogo. Em lugar de polemista, quer fazer-se problematizador, uma vez que assim pode destrinchar os processos que levam à constituição de algo, bem como indagar sobre as estratégias que levam às formas de saber. Podemos dizer que o polemista seria uma figura calcada no fechamento de um pensamento que se pretende certo, enquanto

o problematizador seria marcado por uma disponibilidade e abertura do pensamento a fazer-se outro.

Deste modo indica-nos um caminho para interrogar a respeito de como pensamos nosso objeto, de como podemos torná-lo não familiar, analisar como foram construídas as soluções para os problemas permitindo, assim, que se abram novas possibilidades e, enfim, como foram se traçando os problemas que permitiram determinadas soluções. Foucault (des)evidencializa a própria prática da problematização afirmando-a como trabalho do pensamento.

Quando falamos em trabalho do pensamento, queremos afirmar um trabalho de corpo. Corpo que precisa ser investido pelas forças do mundo, que, muito além de unidade psicofísica, se oferece como instância de recepção dessas forças (Gil, 2004). Esta inversão é crucial para sustentar um certo tipo de exercício do pensamento, pois afinal, por este corpo – centro de afecções –, serão borradas as fronteiras entre sujeito e objeto. Assim, não mais será possível sustentar a pretensão de tomar o corpo pela consciência. Trata-se de deixar essa ser tomada pelo corpo.

Em uma espécie de "desposseção", o corpo inicia um devir-objeto (Gil, 2004) pelo qual se cria uma zona de indiscernibilidade entre ele e o pensamento, impregnando-se por tal movimento. Pensamento "no" movimento, eis a questão, em lugar de pensamento "do" movimento. Este é o ponto no qual situamos o problema na pesquisa: ele transita, não se localiza e neste trânsito sustenta um peculiar exercício do pensar. Um pensamento que se dá em uma experiência de corporeidade pela qual o corpo é meio relacional com o mundo. O pensamento, enfim, é sustentado em um plano móvel de captação de deslocamentos das forças, que enquanto virtuais em curso de atualização, se veem contornadas em objetos que são, assim, animados por uma singular relação na qual a cognição os alimenta, e é por eles alimentada, com a possibilidade de conferir-lhes "o que não eram". Pensamento que opera por problematização, diferindo.

Falamos aqui de um pensamento que acolhe o impensado e que o acolhendo faz durar sua dimensão problemática, a qual expande a potência diferenciante do pensamento, não exatamente porque nada tenha a ver com sua solução e sim, por seu anseio de que essa solução seja inventiva. Trata-se de uma solução aberta à sua insistente recolocação, impulsionando movimentos de criação de mundos. Alude-se, assim, a um pensamento que estabelece uma relação problematizadora em relação aos pressupostos que se ligam a uma perspectiva dogmática do pensamento, àquilo que se coloca como lei do que



todos deveriam saber e/ou como certa elaboração de raciocínio que nos leva a constatações já estabelecidas (Gelamo, 2008).

É também nas formulações de Gilles Deleuze (1968/2006) que encontramos pistas instigantes para apostar em uma prática não dogmática do pensamento e da pesquisa. Com ele, vibramos na necessidade de recusa a uma dimensão estritamente moral do pensamento e no convite a extraí-lo do senso comum. Este último nos leva a operar em certa evidencialização da ideia de que todos pensam e de que sabem o que é pensar. É com Deleuze, também, que nos colocamos sensíveis à dimensão não representacional e recognitiva do pensamento, uma vez que o pensar, não sendo prática natural, exige que ele seja forçado por meio de certa violência que ataca o exercício concordante das faculdades. Nesta esteira, o pensamento consiste em terreno para a diferença em si mesma. Pautado pelo princípio da errância em lugar do erro, pensar é operação intimamente relacionada ao fato de que as soluções aos problemas mantêm um gérmen problemático dado o caráter inventivo que comportam. Isto é, por afirmarem a diferença pelo processo de pensar, novos possíveis são abertos ao próprio pensamento que assim, insiste em se preservar pensante. Eis o problema persistindo como motor do pensamento, o que nos leva a pensar que o pensamento em atividade<sup>5</sup> implica, justamente, na colocação de problemas que insistentemente se recolocam em suas soluções.

O pensamento há que ser forçado, portanto. Forçado porque não se trata de partir de um sujeito que pensa, mas de uma afetação que bagunça nossas faculdades e que nos força a escapar das pretensas prescrições de método para pensar; que nos lança, a golpes, ao plano das virtualidades do mundo, ao real que confere condições aos possíveis<sup>6</sup> no plano do pensamento.

Como pensar em método, então, para pensar desse modo e para se lançar em processos de pesquisa? A princípio podemos sustentar que não há método para isso, pelo menos não método enquanto meta que se coloca antes do caminho para chegar ao lugar pretendido. Afinal, não se trata propriamente de chegar a nenhum lugar, e sim de se manter afetável, sustentando-se no meio, naquilo que será capaz de abrir o pensamento à criação de possíveis. Em havendo um método para isso, esse seria feito por expansão dessa zona de afetabilidade pela prática da problematização que se mantém viva ao longo do percurso, permitindo um pensamento *no* movimento. Trata-se da performance do conceito de duração e intuição, no sentido bergsoniano, que

sustenta a problematização enquanto ampliação de afetabilidade e afirmação de diferença.

Se pensarmos na reversão do sentido tradicional de método, *meta-hodos* (etimologia de método: *metá* = reflexão, raciocínio, verdade + *hodos* = caminho, direção), que implica pré-fixar metas, para caminhar em direção ao *hodos-meta* (o próprio processo de pesquisa converte-se em método) e seu convite a situar-se no caminhar que traça metas (Passos & Barros, 2009), podemos sustentar que este caminhar implica um fazer pelos procedimentos, tais como entrevistar, acompanhar, fotografar, ficcionar, ativando, contudo, e sobretudo, um agir na esfera da cognição. Ativamos, assim, um "enagir", termo que empregamos a partir do conceito de enação<sup>7</sup> proposto por Varela, Thompson e Rosch (1991/2003), e que liga cognição e ação em uma mesma operação. Esta operação também encontra lugar na obra de Deleuze (1964/2006) quando dedicado a Proust colhe sua linda frase: "A inteligência vem sempre depois", e que encontra alimento ainda no pensamento de Bergson (1934/1984) a respeito da intuição como método.

Bergson (1934/1984), no texto **O pensamento e o movente**, nos ajuda a acompanhar a ideia de que o "pensamento vem sempre depois" quando se pergunta a respeito da ciência para daí derivar para o campo filosófico. Para ele, a ciência trata do tempo como se já tivesse passado, extraíndo e retendo do mundo material o que é suscetível de se repetir e de ser calculado: o que não dura se transformando. Para Bergson, uma questão se faz chave: como tangenciar o tempo que escapa? Como acessar aquilo que é da ordem do insólito, do trânsito, do movimento?

É por tais indagações, às quais somamos a pergunta "Como transitar no movimento do mundo pensando o próprio movimento?", que Bergson indica dois trabalhos distintos, porém inseparáveis: o da inteligência e o da intuição. A primeira, desviando o olhar da transição, dá conta de certa organização do pensamento e das ações captando a mobilidade apenas a partir de pontos de ancoragem, em lugar de aceder, como faz a intuição, à mobilidade desde zonas de passagem nas quais jorra a novidade e nas quais o tempo dura em um processo incessante de diferenciação.

Como método filosófico, Bergson vale-se da intuição, que se oferece como via de passagem para a esfera da duração. A intuição como método de pensamento. Pensar intuindo é pensar no movimento, espécie de consciência imediata que somente depois permite a inteligência alcançá-la: algo como sinalizava Proust.

Contudo, mesmo em se tratando a intuição de uma espécie de método sem mediações, Bergson indica três espécies de atos/regras. A primeira refere-se à aplicação da prova do verdadeiro e do falso aos próprios problemas (e não só as soluções ou as "verdades" deles decorrentes), uma vez que um problema bem colocado pode levar à sua resolução por invenção: desse modo, dá ao ser ser o que não era. A segunda sugere buscar as diferenças de natureza ou as articulações do real, acessando as indeterminações e os virtuais que, enquanto forças em curso, levam a atualizações dos processos pela diferença. A terceira refere-se a colocar os problemas e as resoluções antes no plano do tempo (foco nas transformações, no aspecto daquilo que, em durar, se diferencia) do que no do espaço (o tradicional pensamento que opera por diferenciações dadas como já naturais, das categorizações que essencializam seres); fazer o pensamento operar pela dimensão na qual as forças se alteram, zona do mutável, por excelência.

Estas três regras do método intuitivo para Bergson nos levam a nele reconhecer as seguintes tendências: problematizadora, diferenciante e temporalizante (Amador & Fonseca, 2009). Daí voltamos à pergunta inicial deste texto: qual o lugar do problema no trabalho do pensamento? Parece-nos que na inspiração bergsoniana podemos pensar que ele consiste em operação intuitiva de acesso às forças que, enquanto virtuais, aguardam para se atualizar pela diferença "perpetuando", assim, o mutável do mundo.

### **ANÁLISE DE IMPLICAÇÃO: RADICALIDADE E ANACRONISMO**

Uma das condições da disciplina-experimentação que dispara esse artigo foram exercícios de análise de implicação em relação à produção do saber-poder acadêmico e seus desdobramentos nos modos de intervir e pesquisar, por parte de alunos em formação na pós-graduação e da professora orientadora. Exercícios que, mais que momentos pontuais ou seções específicas de trabalho, se configuraram como um constante processo de questionamento e análise dos lugares que ocupamos e dos modos como os transformamos no decorrer dessa prática.

A discussão sobre a análise de implicação, frequentemente, situa-se no campo das pesquisas participantes que rompem com a ideia de neutralidade do pesquisador e com a dicotomia proposta pelas pesquisas experimentais entre pesquisador e participantes ou entre pesquisador e campo. As diferentes correntes da análise institucional têm influências importantes nas transformações das pesquisas no campo social, no sentido de colocar em análise as linhas de

forças que, agonisticamente, atuam em um determinado território e produzem realidades (Paulon, 2005; Aguiar & Rocha, 2003).

Entendemos que a pesquisa constitui um modo de singularidade na relação com o tempo. O ato de pesquisar e escrever faz marcas no tempo, fixa pensamentos e ideias e também dá passagem a outros sentidos. Pensando nas condições de possibilidade de uma pesquisa, a singularidade do processo pode ser convocada pela análise de implicação, na qual uma certa relação com o tempo movimenta essa estratégia. Entretanto, tradicionalmente, essa tática aparece como etapa dentro de um processo, como um momento específico de uma pesquisa, ainda que inserida em um exercício que coloca em análise as regularidades discursivas e a história.

Opondo-se ao intelectual neutro-positivista, a Análise Institucional vai nos falar do intelectual implicado, definido como aquele que analisa as implicações de suas pertencas e referências institucionais, analisando, também, o lugar que ocupa na divisão social do trabalho, da qual é legitimador. Portanto, analisa-se o lugar que se ocupa nas relações sociais em geral e não apenas no âmbito da intervenção que está sendo realizada; os diferentes lugares que se ocupa no cotidiano e em outros locais da vida profissional; em suma, na história (Coimbra, 1995, p. 66).

Frequentemente, nas produções acadêmicas, encontramos a análise de implicação como etapa de uma pesquisa participante ou como processo datado, inserido em uma estruturação processual metodológica. Não é incomum encontrar uma explicitação de que a análise de implicação viria a ser como algo da ordem da intenção do pesquisador/a e, em descompasso com essa mesma conceitualização, um capítulo ou seção de trabalho que pretende a realizar. Percebe-se, como efeito da "setorização" dessa estratégia em uma etapa, a possibilidade de que ela não venha a comparecer em outros momentos do percurso de pensamento: a "análise de implicação", assim realizada pontualmente, não reconvoca o pensamento ao longo do processo.

Como contribuição metodológica na discussão da problematização como método e como efeito dessa experiência, retomamos em sua radicalidade e escândalo<sup>8</sup> a proposta da análise de implicação, evocando a força que tal estratégia dispara, desde sua emergência. Assim, propomos pensar que essa análise não é apenas mero recurso, mas um "motor" do processo de pesquisar pois se presentifica na ideia da ausência de neutralidade de qualquer escolha, opinião, reflexão ou pensamento. Tanto do ponto de vista do sujeito pesquisador

como dos lugares institucionais que ele/ela vai encontrar e habitar, sempre se está implicado/a de algum modo. Para Lourau (Altoé, 2004):

A implicação é um nó de relações; não é "boa" (uso voluntarista) nem "má" (uso jurídico-policialesco). A sobreimplicação, por sua vez, é a ideologia normativa do sobretrabalho, gestora da necessidade do "implicar-se". O útil ou necessário para a ética, a pesquisa e a ética da pesquisa não é a implicação – sempre presente em nossas adesões e rejeições, referências e não referências, participações e não-participações, sobremotivações e desmotivações, investimentos e desinvestimentos libidinais... –, mas a análise dessa implicação (p. 190).

A concepção de que a análise de implicação constitui o processo de pesquisar e o trabalho do próprio pensamento pode ser problematizada na relação com a discussão acerca do contemporâneo, proposta por Agamben (2008/2009). O autor coloca o contemporâneo não como atualidade, mas como anacronismo e aponta para uma relação com o tempo não restrita a uma apreensão cronológica, pois "aqueles que procuraram pensar a contemporaneidade puderam fazê-lo apenas com a condição de cindi-la em mais tempos, de introduzir no tempo uma essencial desomogeneidade" (Agamben, 2008/2009, p. 71). Tempo descontínuo, fragmentado, não linear, que pode atualizar no presente o que passou e o que está por vir, deslocando concepções teleológicas dos processos históricos e sociais.

Entendemos que para pesquisar são necessárias curiosidade e desconfiança<sup>9</sup>, pois, em um mundo de perfeição, coerência, linearidade e de verdades encerradas, não existe espaço para o que pode "não ser", ou "ser de outro modo". Agamben (2008/2009, p. 58) recorre às ideias de Nietzsche para apresentar o contemporâneo ligado a uma desconexão e numa dissociação com o presente:

Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual; mas, exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo.

Esta concepção de contemporâneo coloca o/a pesquisador/a enquanto sujeito de seu tempo, mas que estranha o presente, questiona as naturalizações e opera uma desconexão diante dos acontecimentos e práticas. Sujeito em ruptura. Entretanto, não se pretende afirmar que este

exercício de "ser" contemporâneo seja uma condição identitária do sujeito, mas consiste em uma operação de ruptura. Afirma-se esta condição como exercício constante na pesquisa, como provocação e problematização do cotidiano a partir de um estranhamento do presente que pode potencializar a análise de implicação.

Ser inatual e não coincidir com seu tempo podem ser entendidos como exercícios de desnaturalizar verdades, como modos de abertura dos discursos que potencializem uma prática de si do sujeito-pesquisador/a e dos diversos atores envolvidos nesse processo, provocando transformações. É importante ressaltar que a concepção de inatualidade que Agamben retoma de Nietzsche, no sentido de uma interrogação ou de uma bifurcação em relação ao presente, é o que Foucault chama de atual ou de atualidade<sup>10</sup>.

Essa conexão do exercício de contemporaneidade com a análise de implicação traz a ideia de que pertencimento, deslocamento, desconfiança e estranhamento são necessários às problematizações na pesquisa, para além do espaço restrito ou recortado de intervenção, pois se coloca em análise "os diferentes lugares que se ocupa no cotidiano e em outros locais da vida profissional" (Coimbra, 1995, p. 66). Tais movimentos afirmam a ideia de que há determinações, perguntas, problemas, conceitos e hipóteses, mas que não são definidos *a priori*, não antes do encontro do sujeito com um campo de práticas, não antes das emergências. O que configura as relações, atualiza virtualidades e potencializa transformações é a experiência na pesquisa, que se constitui como efeito. Existem linhas de possibilidade, determinações, mas há um plano de virtualidades e de forças sempre em vias de diferir<sup>11</sup>.

Esta posição paradoxal de um sujeito, de pertencimento e de distância, pode ser visibilizada na seguinte expressão: "ser pontual num compromisso ao qual se pode apenas faltar" (Agamben, 2008/2009, p. 65). No entanto, não se pode confundir esse exercício com uma proposta de uma forma ideal de sujeito. A análise de implicação como exercício de contemporaneidade pode ser entendida como essa "inatualidade" de um sujeito com relação ao seu tempo no pesquisar. Uma atitude provocadora de uma ética que se configura como constante incitação à reflexão e, portanto, é potencialmente transformadora, pois entende o pensamento como processo de deslocamento e de criação.

Entende-se, deste modo, a análise de implicação não apenas como recurso pontual, mas como um processo que constitui o ato de pesquisar e não se restringe a uma determinada etapa da pesquisa. A problematização como método convoca a afirmar um processo de pensamento acontecendo,

desviando, bifurcando que não pode ser recortado e capturado em uma etapa específica. Não há "um" momento de análise de implicação, pois é seu exercício constante que sustenta a problematização como método e como suporte da pesquisa como experiência. Podemos pensar a análise de implicação como exercício de um modo peculiar do pensamento na pesquisa, dimensão sempre presente nos processos do pesquisar, mas que quando expandida enquanto possibilidade, eleva a pesquisa a sua mais alta potência.

### **EFEITOS: OBJETO PROBLEMÁTICO E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS**

Tal modo de tratar o exercício de pensamento vem produzindo efeitos tensionadores ao modo como operamos nossas práticas de pesquisa. Elementos que sofreram agudas modificações nesse movimento são, por exemplo, a noção de objeto de pesquisa – entendida aqui como objeto problemático – e o lugar das considerações éticas na pesquisa. Desdobraremos alguns pontos referentes a estas questões em sua formulação atual (inicial e provisória – ainda que permanentemente provisória), que acreditamos guardarem potência para novas discussões em produções futuras.

Um trecho do poema *O cão sem plumas*, de João Cabral de Melo Neto (1950/1968), compareceu na disciplina-experimentação como recurso de entrada para disparar a discussão do objeto tomado como problemático:

Na paisagem do rio  
difícil é saber  
onde começa o rio;  
onde a lama  
começa do rio;  
onde a terra  
começa da lama;  
onde o homem,  
onde a pele  
começa da lama;  
onde começa o homem  
naquele homem.

Indiscernibilidade entre elementos. Matizes de cores indefinidos. Impossibilidade (e recusa) de demarcar os começos das coisas. O que nos convoca a pensar a dimensão do objeto é da ordem da gênese, enquanto emergência, mais que um início específico. A posição do objeto já se apresenta,

desse modo, como meio de um processo – entre o rio, a terra, a lama, a pele e o homem –, nos importa percorrer esta superfície. Se nosso problema não é um obstáculo no saber que precisa ser transposto para chegar-se à verdade do objeto, nosso objeto se converte em algo que não mais um ente. O objeto aqui é aquilo que constitui problema, que nos impele à busca de soluções temporárias, e que, como diz o poeta quando se refere a utopia, nisso nos põe a caminhar. Objeto, motor utópico.

Assim como não seria exato tratar de contornos específicos do objeto, e sim do campo onde ele exerce tensão questionante, também não faz sentido tratar de uma cristalização desse no tempo. No andar da pesquisa, o objeto anda junto, sofre metamorfoses: não só é historicizado, mas segue sofrendo o efeito do tempo. Resiste não só à nossa apreensão no instante de encontro, mas resiste a perder sua referência à temporalidade que o constitui. A cada instante, produz novos problemas e produz-se um novo objeto.

A concepção do que se entende por objeto em sua dimensão problemática “não é também um conteúdo do cérebro-consciência continentais, os objetos tampouco são substâncias conteúdos-continentais de si: são definidos a todo momento nesse movimento de salto entre a memória e a ação possível, nesse tempo vivido da duração” (Fonseca & Costa, 2013, p. 419). Duração que instaura uma dimensão crítica do tempo, não mais cronológica e ordenada, mas um tempo em devir. Desse modo, o objeto não está em uma espera passiva, a ser descoberto/definido pelo pesquisador/a, mas é criado conjuntamente na sustentação de um processo de pesquisa.

Na disciplina-experimentação referida no início do texto, convidamos os alunos/as a investirem em deslocamentos em relação ao que se poderia chamar de objeto em cada trajetória. A proposta foi de experimentar aproximações, distanciamentos e observações diversas daquelas já conhecidas. Estranhamento do objeto para desevidencializar sua pretensa organização: construir um personagem, dar voz ao objeto, performar um corpo, produzir imagens. Percorrer caminhos por ser inventados. Nessa tentativa, perceberemos desconfortos dos lugares de verdade antes confortáveis em suas enunciações. O pensamento foi lançado ao processo e, em um plano comum, passou a ganhar outros possíveis. Acerca do objeto, esse:

Apresenta-se na tensão entre a contração do hábito em uma estabilidade e o acontecimento que irrompe intempestivo desfazendo nossas relações em outras, disparando-nos a produção de novos sentidos.



Trata-se do objeto concebido como objeto-problema, tensão entre díspares a disparar novas individuações no ser-conhecer, modulando a sua e a nossa metaestabilidade nesta relação apreensão. Por isso, nessa ontologia estética, importa-nos pensar “o que podem?” (a potência, a tensão) as estilísticas e não sedimentá-las em um conjunto fechado que nos responda “o que é?”, apoiado sobre uma substância, forma ou assemelhado identitário (Fonseca & Costa, 2013, p. 427).

O objeto, assim, sai do seu lugar substantivado e convoca o pensamento ao movimento. Um objeto que se monte problemático desloca o pesquisador/a e a pesquisa e converte-se em acontecimento. Acontecimentalizar a pesquisa talvez seja, então, o lugar do problema no trabalho do pensamento, remontando a uma das perguntas que abre esse escrito. Lança-se problema, implicação e objeto na dimensão da duração. Passamos a pensá-los mais no plano temporal do que espacial. Tal deslocamento arrasta consigo, também, o plano temporalizante da ética.

O que dizer a respeito da ética na pesquisa a partir de uma dimensão ética do trabalho do pensamento? Nas pesquisas acadêmicas, a problemática da ética geralmente se reduz à perspectiva das chamadas considerações éticas avaliadas pelos Comitês de Pesquisa. Entretanto, afirmamos que se implicar com a dimensão ética convoca um ultrapassamento de uma visão reduzida e utilitarista recorrente, que se produz no jogo de submetimento e avaliação de um projeto de pesquisa seguido de maneira protocolar prescritiva. Tanto a cristalização no tempo das decisões éticas necessárias no movimento de uma pesquisa, na forma de sua antecipação, em um projeto submetido à aprovação, quanto a redução dessa problemática a um possível *check-list* de critérios preexistentes não só se apresentam como irrealis no percorrer de um exercício de pesquisa como podem, inclusive, dar margens a um posicionamento ético não crítico e negligente do/a pesquisador/a. Para além de não garantir uma relação respeitosa e não danosa com o seu objeto, esse procedimento visa produzir uma garantia inicial de certa adequação não-infratora de leis e morais já dadas.

Cabe ressaltar que, apesar da crítica ao modo como certa operacionalização do exercício ético do pesquisar é tomado no âmbito da avaliação pelos Comitês de Ética em Pesquisa, salientamos que a criação destes consistiu em uma importante conquista para o campo da pesquisa, protegendo os participantes de pesquisas abusivas, violentas e utilitaristas e comprometendo pesquisadores com a sustentação de critérios éticos.

Se, por um lado, alguns comitês apresentam um caráter restritivo em relação ao modo de avaliação dos critérios éticos das pesquisas, por outro, eles desempenham uma função ética e social importante. Entretanto, nosso compromisso é o de colocar em análise elementos que implicam a produção de conhecimento sendo a dimensão moralizante desta produção um deles, fazendo avançar um exercício de problematização das condições de possibilidade da pesquisa.

Tal ultrapassamento nos leva a pensar na ética relativa ao combate à moralização do pensamento. Moralização que, presa aos critérios do "bom" pensamento, carregado de valores que objetivam expurgar o que se entende como "impuro", visa produzir certa imunidade àquilo que pode atacá-lo. Assim, impedindo que o pensamento advenha outro. Mais que defender um modo de pensar, tal combate convidaria mesmo os bons ataques que o possam fazer advir outro. Uma ética da problematização, que possibilite um insistente movimento de escape ao que lhe apequena.

Assim se delinea a dimensão coletiva no plano do pensamento: o "eu penso" do *cogito* cartesiano se desloca para uma zona na qual se pensa transversalizado por forças oriundas de uma zona comum, não propriedade de ninguém e por isso mesmo, coletiva. Colocar questões relativas à problematização enquanto trabalho do pensamento na esfera da ética na pesquisa arrasta indagações cruciais relativas ao pesquisar com.

Pesquisar com, no âmbito das Ciências Humanas, geralmente implica realizar pesquisa empírica envolvendo outras pessoas, mas que, aqui destacamos, sobretudo, como experiência de acolhimento ao estranho em nós, à diferença que pode perturbar nossa interioridade e nossos esquemas de pensamento<sup>12</sup>. Coletivo – produto e condição desse *pesquisar com* – que se refere à transversalidade em uma experiência, espécie de comunicação máxima que se estabelece quando experimentamos certa "obscuridade gerativa" que envolve os processos nos quais nos empenhamos, "névoa, por vezes indiscernível e imperceptível, que lança a questão para o plano dos devires" (Amador & Fonseca, 2011, p. 20).

Há acesso, portanto, no plano do pensamento experimentado pela problematização, a um plano comum que, em se tratando da prática da pesquisa, coloca questões instigantes no que se refere à propriedade/autoria do problema. Afinal, nas práticas de pesquisa com frequência, o problema "pertence" ao pesquisador. Mas, se pensar problematicamente implica o acesso a um plano comum de forças, o

chamado "problema da pesquisa" não seria constantemente formulado em uma experiência de compartilhamento devendo ser, assim, investido por tentativas insistentes de recolocação do problema com aqueles com quem se pesquisa ou com o campo ao qual se refere?

A problematização como método, portanto, provoca um estranhamento em relação ao que os Comitês de Ética outorgam à matéria ética da pesquisa. Em operando por um pensamento problematizante, o embate ético se dá durante todo um processo e se recria em seus diversos passos, não sendo mesmo possível reduzir sua questão a um momento ou seção de uma discussão. A ética se faz problematizante – um posicionamento ético gera um movimento problemático, e esse, recursivamente, reposiciona a questão ética na pesquisa.

### **DIFÍCIL SABER ONDE COMEÇA O RIO...**

A problematização como método é um convite. Convite a um pensamento criador. Emerge de uma experiência que passa pelo compartilhamento de uma determinada política metodológica que se afirma na sustentação de uma superfície problematizadora. Uma operação de duração de um problema, que se expande e se potencializa. Problematizar: verbo no infinitivo que convoca estabilizações, sempre em vias de diferir. Problematizar: verbo transitivo que clama por um objeto movente que não deixa de se reinventar, e nessa reinvenção, reconjugar o verbo em novas possibilidades de trânsito. Problematização: ação e movimento – corpo e pensamento.

Percorremos um trajeto possível, dentre tantos que se oferecem nessa discussão. Apresentamos a emergência da problematização como método – proposta nascida da potência de um questionamento que se fez experiência e movimentou novas questões e novas verdades – seguida de sua afirmação enquanto pensamento no movimento que exercita a intuição. Pensamento que, antes de tentar reproduzir uma imagem "acertada" das coisas, procede por diferença e abre espaço para um trajeto de outramento (de si e do mundo).

Desdobramos essa aposta em um outro exercício: pensar a análise de implicação não como etapa, como seção de uma pesquisa, mas como "motor" de um processo, como condição de possibilidade do pesquisar que se pretende problematizador. Estratégia anacrônica de desevidencialização do presente, em favor de um outro presente porvir. Posição intempestiva de desconfiança no mundo dado e confiança nos possíveis do mundo.

Por fim, abrimos uma discussão crítica acerca do objeto problemático e da "ética" em pesquisa, como efeitos do exercício da problematização. Exploramos os indiscerníveis que se convertem na impossibilidade de determinar começos: o que sobra é o constante movimento de um objeto que se sustenta na duração. Movimento de um objeto que exige novos posicionamentos. Frente a um uso prescritivo e utilitarista das avaliações que passam por comitês de ética, ensaiamos a problematização como postura ética em pesquisa, e a ética como movimento de problematização. O que é pesquisar, se não o percurso de um pensamento que se ocupa de um problema? E que é um método, se não uma estratégia para mantê-lo em movimento? Difícil saber onde começa o rio...

## REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2009). *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó: Argos. (Originalmente publicado em 2008).
- Aguiar, K. F., & Rocha, M. L. (2003). Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia Ciência e Profissão*, 23(4), 64-73. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000400010>
- Altoé, S. (Org.). (2004). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec.
- Amador, F. S., & Fonseca, T. M. G. (2009). Da intuição como método filosófico à cartografia como método de pesquisa. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(1), 30-37.
- Amador, F. S., & Fonseca, T. M. G. (2011). Atividade: o trabalho sob o signo do inacabamento. In D. S. Rosemberg, J. Ronchi Filho, & M. E. B. Barros (Orgs.), *Trabalho docente e poder de agir: clínica da atividade, devires e análises* (pp. 19-50). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo.
- Bergson, H. (1984). *O pensamento e o movente*. São Paulo: Abril Cultural. (Originalmente publicado em 1934).
- Clot, Y. (2010). *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: Fabrefactum. (Originalmente publicado em 2008)
- Coimbra, C. (1995). Os caminhos de Lapassade e da análise institucional. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, 7(1), 52-80.
- Deleuze, G. (1992). Controle e devir. In G. Deleuze, *Conversações* (pp. 209-218). São Paulo: 34. (Originalmente publicado em 1990).
- Deleuze, G. (1996). O que é um dispositivo? In G. Deleuze, *O mistério de Ariana: cinco textos e uma entrevista de Gilles Deleuze* (pp. 83-96). Lisboa: Passagens. (Originalmente publicado em 1988).
- Deleuze, G. (1999). *Bergsonismo*. São Paulo: 34. (Originalmente publicado em 1966).

- Deleuze, G. (1999). Que és un dispositivo? In E. Balibar, H. Dreyfus, & G. Deleuze, *Michel Foucault, filósofo* (pp. 155-163). Barcelona: Gedisa. (Originalmente publicado em 1988).
- Deleuze, G. (2006). *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal. (Originalmente publicado em 1968).
- Deleuze, G. (2006). *Proust e os signos* (2a ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Originalmente publicado em 1964).
- Deleuze, G., & Parnet, C. (1998). *Diálogos*. São Paulo: Escuta. (Originalmente publicado em 1977).
- Fonseca, T., & Costa, L. A. (2013). As durações do devir: como construir objetos-problema com a cartografia. *Fractal: Revista de Psicologia*, 25(2), 415-432. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000200012>
- Foucault, M. (2004). Polêmica, política e problematizações. In M. Foucault, *Ditos e Escritos V* (pp. 225-233). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Originalmente publicado em 1984).
- Foucault, M. (2008). *Theatrum philosophicum*. In M. Foucault, *Ditos e escritos: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (Vol. 2, 2a ed., pp. 230-254). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Originalmente publicado em 1970).
- Foucault, M. (2010). O sujeito e o poder. In H. Dreyfus, & P. Rabinow, *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (2a ed., pp. 273-295). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Originalmente publicado em 1982).
- Foucault, M. (2014). Sobre a história da sexualidade. In M. Foucault, *Microfísica do poder* (28a ed., pp. 363-406). Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Originalmente publicado em 1977).
- Gelamo, R. P. (2008). Pensar sem pressupostos: condição para problematizar o ensino da filosofia. *Pro-Posições*, 19(3), 161-174. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000300008>
- Gil, J. N. (2004). Abrir o corpo. In T. M. G. Fonseca, & S. Engelman (Orgs), *Corpo, arte, clínica* (pp. 13-28). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Lourau, R. (1993). *Análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- Melo Neto, J. C. (1968). O cão sem plumas. In J. C. Melo Neto, *Poesias completas (1940-1965)*. Rio de Janeiro: Sábia. (Publicado originalmente em 1950).
- Passos, E., & Barros, R. B. (2009). A cartografia como método de pesquisa intervenção. In E. Passos, V. Kastrup, & L. Escóssia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 17-31). Porto Alegre: Sulina.
- Paulon, S. M. (2005). A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. *Psicologia e Sociedade*, 17(3), 18-25. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822005000300003>

Revel, J. (2004). O pensamento vertical: uma ética da problematização. In F. Gros (Org.), *Foucault: a coragem da verdade* (pp. 65-87). São Paulo: Parábola. (Originalmente publicado em 2002).

Varela, F., Thompson, E., & Rosch, E. (2003). *A mente incorporada: ciências cognitivas e experiência humana*. Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1991).

## NOTAS

<sup>1</sup> Estratégias metodológicas utilizadas em muitas pesquisas na psicologia social, oriundas das contribuições da filosofia da diferença. A cartografia tendo sido desenvolvida no pensamento de Deleuze e Guattari, ainda que não enquanto método de pesquisa: este tem sido um trabalho realizado, sobretudo, por pesquisadores brasileiros (Passos, Kastrup, & Escóssia, 2009). Já a genealogia é tributária dos pensamentos de Foucault e Nietzsche.

<sup>2</sup> Proposição análoga à operação feita por Deleuze quando se refere às contribuições de Bergson referentes à intuição como método de pensar (Deleuze, 1966/1999). Ao longo deste escrito, a concepção de método sofrerá modulações.

<sup>3</sup> A autoria deste artigo é assinada pela professora pesquisadora e orientadora e por dois orientandos em estágio docência, na ocasião: um aluno de mestrado e uma aluna de doutorado. O artigo é fruto de pesquisa desenvolvida com financiamento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>4</sup> Dispositivo como "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma: o dito e o não dito são os elementos do dispositivo" (Foucault, 1977/2014, p. 364). A noção de dispositivo também congrega uma ideia do jogo que se estabelece entre esses elementos, em que são negociadas "mudanças de posição, modificações de função [...]". Remete, ainda, à função deste em responder a uma urgência histórica, sendo caracterizado por sua função estratégica.

<sup>5</sup> O conceito de atividade que aqui trazemos é oriundo do campo das Clínicas do Trabalho, mais especificamente de Yves Clot (2008/2010), para quem a atividade é "recriação de um meio de vida". O autor alia este conceito com a ideia de *conatus*, de Spinoza. O *conatus* está ligado a um esforço do ser em preservar sua existência, movimento só possível pela ampliação de suas possibilidades de composição com outros seres. O pensamento preserva-se em problema porque em movimento.

<sup>6</sup> Os possíveis aqui se referem ao (in)criado, às forças em curso que aguardam atualização (Deleuze & Parnet, 1977/1998).

<sup>7</sup> O conceito de enação refere-se a uma operação cognitiva que coloca em cena uma dimensão relacional do conhecer com os elementos do mundo e com a ação daquele que conhece, exaltando uma dimensão não representacional da cognição.

<sup>8</sup> Segundo caracterização do próprio Lourau (1993) quando aponta como o escândalo da análise institucional a proposta de não valer-se da "neutralidade" de análise enquanto um pressuposto ou mesmo um ideal e então levar a sério e de modo criterioso - incluindo alçando-o à elemento constitutivo de sua proposta metodológica - o fato de estarmos sempre implicados com as instituições e questões que nos concernem.

<sup>9</sup> A desconfiança a que aqui aludimos seria referente a essa idade do ouro, mundo perfeito ou tempo fechado de coisas dadas. Em termos deleuzianos, também poderíamos chamar essa postura de crença no mundo - confiança de que o mundo guarda a possibilidade de ser ainda outros, confiança na transformação das coisas (Deleuze, 1990/1992, p. 218).

<sup>10</sup> "Devemos separar em todo dispositivo as linhas do passado recente e as linhas do futuro próximo; a parte do arquivo e a do actual, a parte da história e a do devir, a parte da analítica e a do diagnóstico. Se Foucault é um grande filósofo é por que se serviu da história em proveito de outra coisa: como Nietzsche dizia, "agir contra o tempo, e assim, sobre o tempo, em favor, espero-o, de um tempo futuro". Porque o que surge como o actual, ou o novo, em Foucault, é o que Nietzsche chamava o intempestivo, o inactual, esse devir que bifurca a história, um diagnóstico que faz prosseguir a análise por outros caminhos. Não é predizer, mas estar atento ao desconhecido que bate à porta" (Deleuze, 1988/1996, pp. 93-94).

<sup>11</sup> Ou, dito de outro modo, existe um elemento histórico anterior ao encontro com o campo, mas ao presentificar-se nesse encontro ele abre-se a novas possibilidades e tem sua história atualizada – seja lançando-se a essas novas possibilidades inauguradas no encontro, seja no resistir a tornar-se outro e afirmar-se o mesmo.

<sup>12</sup> Destacamos que uma pesquisa pode operar em um plano comum, não apenas quando envolve "sujeitos de pesquisa".